



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Imigrantes Angolanos em Portugal: breve caracterização e contributos para a dinâmica populacional

Maria Filomena Mendes

Universidade de Évora, Portugal

mmendes@uevora.pt

José Rebelo dos Santos

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal

jose.rebelo@esce.ips.pt

Conceição Rego

Universidade de Évora, Portugal

mcpr@uevora.pt;

Introdução

Durante grande parte do século XX Portugal foi considerado um país de emigrantes. Só a partir de finais dos anos 70 se começou a alterar esta imagem devido ao fluxo crescente de imigrantes cujo peso foi sendo cada vez maior a nível da dinâmica populacional. Esta alteração não pode separar-se quer da independência das colónias portuguesas em África quer da vinda de imigrantes dos novos países a que essas colónias deram origem. Os fluxos imigratórios da década de 80 relacionavam-se portanto com a fase pós-colonial sendo originários sobretudo dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP - Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe).

Estes fluxos vão permitir a criação de algumas comunidades de imigrantes que começam a afirmar-se pela sua expressão numérica. De notar que não existe uma relação directa entre a dimensão destas comunidades em Portugal e o país de origem. Durante muitos anos os Cabo-Verdianos constituíram a maior comunidade de imigrantes em Portugal. Desde 2007 que a hegemonia passou a ser do Brasil, assumindo a Comunidade Angolana a quarta posição correspondente a cerca de 33 mil indivíduos. Apesar de se ter verificado um decréscimo substancial, em 2009, Angola continuou com

grande representatividade sendo o 5º país com mais representatividade numérica a nível de imigrantes. Em 2009 os imigrantes angolanos em Portugal correspondiam a quase 6% do total, integrando mais de 26.500 indivíduos. O papel destes imigrantes a nível do desenvolvimento pode ser entendido a dois níveis: no âmbito dos contributos para o desenvolvimento social, económico e demográfico de Portugal e no âmbito do desenvolvimento económico e social de Angola devido ao envio de remessas e também do acesso a formação escolar que no futuro beneficiará Angola nos casos em que o regresso ocorra.

O estudo que se apresenta visa quantificar e caracterizar os Imigrantes Angolanos, a partir da análise da sua distribuição por sexo, grupo etário e região de residência. Os dados de partida são do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Entre as especificidades da comunidade de Imigrantes Angolanos em 2009, está o facto de mais de 86% estar concentrada nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto (65,01%, 16,36% e 4,82%, respectivamente), de se tratar de uma comunidade muito jovem (quase 85% dos imigrantes tinham em 2007 idade inferior a 40 anos e mais de 20% idade inferior a 15 anos) e de predominar o sexo masculino (cerca de 54% do total), verificando-se predominância masculina até aos 44 anos e inflectindo-se a relação nas idades seguintes.

Assim, a nível de estrutura começamos por abordar as alterações demográficas em Portugal e as migrações para de seguida nos focarmos nos aspectos específicos dos imigrantes angolanos em Portugal, nomeadamente no que concerne à sua distribuição por classes etárias, por sexo e por regiões.

1. Alterações demográficas em Portugal e Migrações

O acentuado envelhecimento da população que está a ocorrer nos países mais ricos e de um modo geral todos os países ocidentais, é consequência de um crescente défice

demográfico (Sassen, 2002), cuja resolução parcial no curto prazo pode ser o recurso à imigração (Sassen, 2002).

No caso concreto de Portugal, desde o início dos anos 80 que a taxa de crescimento demográfico passou a depender muito do comportamento migratório dado o acentuado decréscimo da taxa de crescimento natural, que nos últimos anos tem inclusive sido negativa.

Os fluxos migratórios, têm consequências directas no crescimento migratório e ao mesmo tempo reflectem-se também no crescimento natural como resultado da natalidade e mortalidade dos próprios imigrantes e influenciam a estrutura etária da população.

Em Portugal, a análise da estrutura etária da população mostra um acentuado envelhecimento em consequência da relação entre natalidade, mortalidade e migrações (Rebelo, Mendes e Pinto, 2006), sendo crescente o contributo das migrações para o retardar do envelhecimento.

Desde o início dos anos noventa (1993 de acordo com o Instituto Nacional de Estatística) os saldos migratórios estimados têm sido positivos (INE, 2008), verificando-se assim uma alteração na tendência anterior de forte emigração. A emigração continua no entanto a ocorrer embora com expressividade muito menor.

O saldo natural português (dado pelo diferencial entre os nascimentos e os óbitos) tem sido muito próximo de zero e foi mesmo negativo nos anos de 2007 (Rosa e Chitas 2010), 2009 e 2010, pelo que o saldo migratório tem assumido uma importância cada vez maior, passando a taxa de crescimento populacional a estar muito dependente do comportamento em termos migratórios.

A população estrangeira com estatuto legal de residente passou de 54,4 milhares em 1980 para 401,6 milhares em 2007 de acordo com o SEF, correspondendo na altura a 4,2% da população residente em Portugal (Costa, 2009), e para 454,2 milhares em 2009.

Só entre 2000 e 2009, esta população passou de 207,6 milhares para 454,2 milhares), reflectindo a sua importância crescente na dinâmica populacional portuguesa.

Apesar das alterações recentes implicarem que Portugal receba na actualidade importantes fluxos de imigrantes, a emigração continua a ter grande importância (Costa, 2009).

Embora tenha havido um decréscimo que se deve sobretudo à diminuição acentuada da emigração de carácter permanente (movimento de saída para um país estrangeiro com intenção de permanência de mais de um ano) a emigração temporária (movimento de saída para um país estrangeiro com intenção de permanência de menos de um ano) tem aumentado nos últimos anos, correspondendo nos anos mais recentes a cerca do triplo da emigração de carácter permanente (Peixoto, 2004). Uma análise mais fina permite identificar duas situações distintas: a nível da emigração de carácter permanente a distribuição por sexos é muito equilibrada; quanto à emigração temporária verifica-se uma grande predominância de indivíduos do sexo masculino; de notar ainda que no caso do sexo feminino não há diferenças substanciais entre o número de emigrantes de carácter permanente e emigrantes temporárias.

Atendendo à juventude dos imigrantes e à sua representatividade na população activa, constata-se contributos significativos para a actividade económica e para o desenvolvimento português.

Os fluxos migratórios têm grande impacto na dinâmica populacional, por um lado devido à sua influência directa na dimensão da população (por adicionar efectivos populacionais); por outro devido à sua influência indirecta que decorre da sua contribuição para a natalidade em resultado do perfil etário habitual das populações migrantes (Sobotka, 2008), tendencialmente jovens mas com idade para constituir família e ter filhos e com padrões de fecundidade mais elevados que os da população do mesmo grupo etário dos países de acolhimento.

2. Aspectos específicos da Imigração Angolana em Portugal

As baixas qualificações académicas, o desemprego, o não pagamento de salários e o desajuste salarial aliado a situações migratórias não regularizadas constituem sérios condicionantes à vida de um elevado número de angolanos que vivem em Portugal (Melo, 2004). Verifica-se que parte dos jovens imigrantes angolanos percebem a existência de discriminação em Portugal embora considerem que mesmo assim existem oportunidades interessantes (Ribeiro, Menezes e Neves, 2010).

Os fluxos migratórios com motivações laborais originários de Angola e com destino em Portugal ocorreram com grande intensidade durante o período compreendido entre meados da década de oitenta e meados da década de noventa do século XX (Machado, 1997).

Estas migrações estão associadas a motivações económicas sobretudo económicas e não podem dissociar dos períodos conturbados que se viverem (Rocha-Trindade, 2001).

Constituindo os imigrantes angolanos um dos grupos numericamente mais representativos, alguns autores admitem a possibilidade de um número considerável de angolanos regressar à origem, admitindo-se em simultâneo a vinda de novos imigrantes angolanos, sendo também de destacar o facto de haver portugueses a ir para Angola em número cada vez maior (Machado e Azevedo, 2008). Estas ocorrências têm subjacente o crescimento impar que se tem verificado em Angola.

Os dados dos últimos anos podem analisar-se no âmbito do gráfico seguinte.

Em 2007 os imigrantes angolanos em Portugal representavam quase 33 mil indivíduos correspondendo a 7,4% dos imigrantes e consistindo no quarto grupo mais numeroso (depois dos brasileiros, cabo-verdianos e ucranianos).

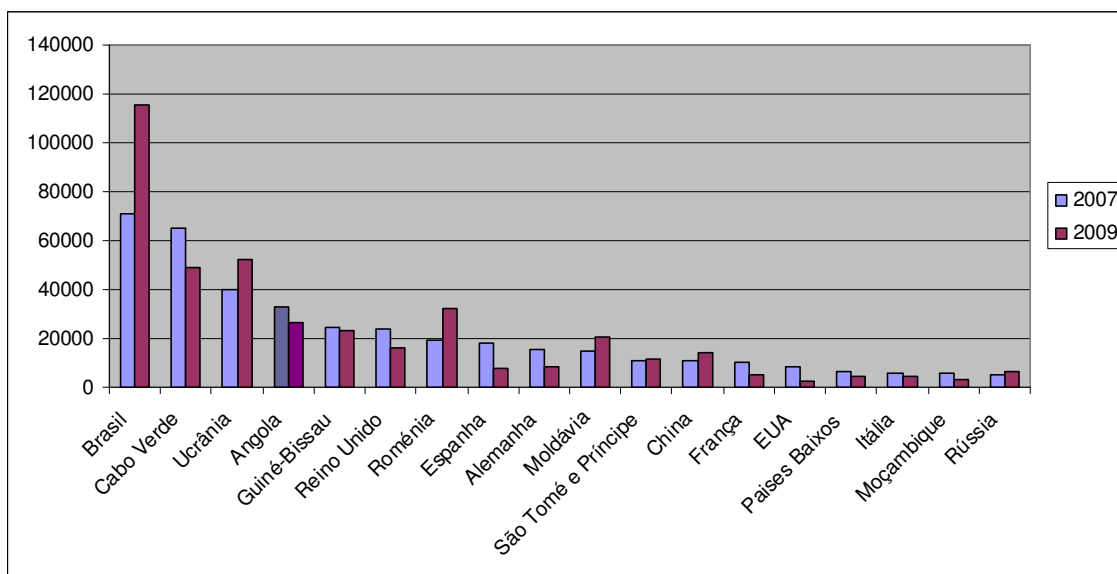
Em 2009 o seu número tinha diminuído para pouco mais de 26.500 e o seu peso relativo tinha também decrescido, passando a representar apenas 5,8% dos imigrantes e sendo o

quinto grupo com maior expressão numérica dado o aumento dos imigrantes romenos que passaram a constituir o 4º grupo mais numeroso.

Neste período de tempo (2007 a 2009) verifica-se portanto um decréscimo substancial no número de angolanos, quer em termos absolutos quer em termos relativos.

Estes dados devem ser analisados com algum cuidado uma vez que só em 2008 e 2009 foi atribuída a nacionalidade portuguesa a 4463 (SEF, 2009) e 3003 cidadãos angolanos (SEF 2010)

Gráfico 1 – Imigrantes em Portugal por nacionalidade em 2007 e 2009



Fonte: INE

2.1. Distribuição dos Imigrantes Angolanos em Portugal por regiões

Os imigrantes angolanos e de um modo geral os imigrantes africanos que têm vindo para os países ocidentais e concretamente para Portugal, tendem a preservar as suas próprias culturas que são percepcionadas por eles e também pelos cidadãos dos países de acolhimento como bastante diferentes (Rebelo 2000).

Essa é uma das razões pelas quais os imigrantes africanos, na generalidade, concentram-se em comunidades onde procuram preservar as suas identidades.

A afirmação das próprias culturas faz com que vivam num mundo à parte, construído à imagem e semelhança das suas terras de origem mas com os constrangimentos decorrentes do facto de estarem no mundo ocidental (Rebelo 2000).

No caso dos imigrantes angolanos, apesar da sua repartição por todo o território nacional, esta tendência traduz-se numa elevada concentração em três distritos: Lisboa, onde em 2009 residiam quase dois terços dos imigrantes angolanos (17.266 de 26.557), Setúbal com 4.366 e Porto com 1.281, correspondendo respectivamente a 16,4% e a 4,8%.

2.2. Distribuição por sexo e grupo etário dos Imigrantes Angolanos em Portugal

De acordo com as estimativas do INE, a distribuição dos cidadãos estrangeiros com permanência regular em Portugal, por sexo e grupo etário, estima-se que cerca de 55% sejam homens e 45% mulheres, com uma concentração mais acentuada em torno das idades activas, sendo que cerca de 50% estariam entre os 20 e os 39 anos de idade. No entanto esta distribuição não é homogénea nem no que se refere à distribuição sexual nem à repartição por estrutura etária, variante em função do país de origem

Estas características são bastante diferentes das que encontramos em Portugal, em que o número de mulheres é superior ao dos homens e a população é bastante menos jovem, e reflectem-se na dinâmica populacional do país, contribuindo para retardar o envelhecimento. Mas, nos países de origem verifica-se o contrário, ou seja, a saída do país da população jovem vai promover o aumento do envelhecimento.

No caso dos angolanos a distribuição por sexo revela-se muito equilibrada sendo um pouco superior o número de mulheres de acordo com os dados de 2009 (49,7% de homens e 50,3% de mulheres). Esta repartição não é homogénea ao longo dos diferentes

grupos etários sendo que prevalecem os homens até aos 40-44 anos e nos grupos etários subsequentes se altera a situação passando as mulheres a predominar.

A distribuição etária revela que 20,3% são jovens com idade inferior a 15 anos e 41,3% são jovens em idade activa com idades entre 15 e 29 anos; 29,4% têm idades compreendidas entre 30 e 44 anos pelo que 91% dos imigrantes angolanos possuem idade inferior a 45 anos o que reflecte a sua juventude.

2.3. Nupcialidade e natalidade dos Imigrantes Angolanos em Portugal

O facto de existirem comunidades estrangeiras já estabelecidas em Portugal acaba por gerar novos fluxos migratórios, devido ou à formação de família e/ou a reunificação familiar (Coleman, 2004).

Em Portugal desde 2001 que se verifica uma diminuição do número de casamentos. Assim os casamentos com ou entre cidadãos estrangeiros acabam por ter maior importância até pelo facto de só entre 2001 e 2007, estes terem mais do que triplicado.

Em 1995, do total de casamentos celebrados, 2,5% envolviam um cônjuge de nacionalidade estrangeira, valor que ascende a 14,4% se nos reportarmos a 2007 e 13,8% em 2009; este valor inclui 2,2% de casamentos em que ambos os cônjuges eram de nacionalidade estrangeira em 2007 e 2,3% em 2009.

A proporção de casamentos “mistos”, em que apenas um dos cônjuges era de nacionalidade estrangeira, aumentou de 2,3% em 1995 para 12,3%, em 2007 e 11,5% em 2009.

Quadro 3 – Casamentos realizados em Portugal, por nacionalidade dos cônjuges, Portugal, 1995-2007



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Apenas um dos cônjuges de nacionalidade estrangeira	Nº	1493	1232	1287	1343	1608	1698	1869	2721	3582	3537	3909	4943	5678
Ambos os cônjuges de nacionalidade estrangeira		173	135	128	141	160	159	224	342	395	407	423	753	1003
Apenas um dos cônjuges de nacionalidade estrangeira	%	2,3	1,9	2,0	2,0	2,3	2,7	3,2	4,8	6,7	7,2	8,0	10,3	12,3
Ambos os cônjuges de nacionalidade estrangeira		0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,6	0,7	0,8	0,9	1,6	2,2

Fonte: INE

A nupcialidade tem, indirectamente, implicações na dinâmica demográfica porque é indissociável, na maior parte dos casos, de projectos que envolvem a intenção de ter filhos e portanto com impacto na natalidade.

O número de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira tem registado aumentos sucessivos desde 1995 (que é o ano, a partir do qual passou a existir informação sistematizada sobre a nacionalidade dos pais).

Se em 1995 os nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira representavam 2,2% do total de nados vivos de mães residentes em Portugal, esse valor aumentou para 9,6% em 2007 (cresceu mais de 4 vezes em apenas 12 anos) e que, em 2009, passou para 10,4%.

A percentagem de nados vivos em que pelo menos um dos pais, (pai ou mãe), era de nacionalidade estrangeira aumentou de 3,2% para 11,8% entre 1995 e 2007 (quase que quadruplicou); este valor incluía 6,5% em que ambos os pais eram de nacionalidade estrangeira, valores que espelham uma crescente influência de cidadãos de nacionalidade estrangeira na natalidade em Portugal.

Num contexto em que o número de nados vivos tem vindo a diminuir desde 2000, verifica-se um contínuo aumento do número de nados vivos de mães de nacionalidade



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

estrangeira que, entre 2000 e 2007, quase duplicaram, como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 4 – Nados vivos, por nacionalidade dos pais, Portugal, 1995-2007

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pai ou mãe de nacionalidade estrangeira	3389	3629	4025	4477	7500	8394	8559	10019	10383	10855	11653	11845	12070
Ambos os pais Nº de nacionalidade estrangeira	1395	1529	1636	1950	2827	3434	3755	5088	5229	5447	5946	6365	6676
Mãe de nacionalidade estrangeira	2367	2522	2757	3158	5099	5823	5899	7690	8029	8444	9092	9542	9887
Pai ou mãe de nacionalidade estrangeira	3,2	3,3	3,6	3,9	6,5	7,0	7,6	8,8	9,2	9,9	10,7	11,2	11,8
Ambos os pais % de nacionalidade estrangeira	1,3	1,4	1,4	1,7	2,4	2,9	3,3	4,4	4,6	5,0	5,4	6,0	6,5
Mãe de nacionalidade estrangeira	2,2	2,3	2,4	2,8	4,4	4,9	5,2	6,7	7,1	7,7	8,3	9,0	9,6

Fonte: INE

A distribuição pelas principais nacionalidades das mães indicia também uma alteração do perfil das nacionalidade dos estrangeiros a residir em Portugal. Em 1995, a nacionalidade angolana era a segunda mais representativa das mães estrangeiras logo a seguir à cabo-verdiana (27,9% das mães de nacionalidade estrangeira); em termos de importância relativa seguiam-se as nacionalidades referentes ao Brasil, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Em 2007, a nacionalidade mais representativa das mães estrangeiras era a brasileira (33,9% das mães de nacionalidade estrangeira), seguindo-se, em termos de importância relativa, as nacionalidades referentes a Cabo Verde, Angola, Ucrânia e Roménia. Angola era portanto a terceira nacionalidade mais relevante a nível de importância relativa.

No que respeita à influência dos cidadãos de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal na mortalidade, registamos que se mantém em níveis muito baixos. Esta situação pode estar associada ao facto dos fluxos de imigrantes serem recentes e integrarem sobretudo cidadãos muito jovens.

Conclusão

A caracterização dos angolanos em Portugal permite evidenciar tratar-se de um grupo dos mais representativos correspondendo em 2009 a cerca de 26.500 indivíduos com estatuto legal, admitindo-se que o número total seja bastante superior tendo em conta os que entretanto adquiriram a nacionalidade portuguesa e os que não possuem, estatuto legal.

Os residentes legais em 2009 correspondiam em termos de representatividade ao quinto maior grupo integrando 5,8% dos imigrantes que residem em Portugal.

Os imigrantes angolanos apresentam uma estrutura muito equilibrada em relação à repartição por sexo, verificando um número ligeiramente superior de mulheres. São sobretudo pertencentes a grupos etários jovens sendo que, aqueles que têm 65 ou mais anos correspondem a um número ínfimo já que 91% têm menos de 45 anos.

Embora os imigrantes angolanos se encontrem dispersos por todo o país, o facto é que existe uma concentração muito elevada no distrito de Lisboa, seguindo-se por ordem de importância os distritos de Setúbal e Porto.

Bibliografia

Coleman, David, (2004) “Facing the 21st Century. New developments, continuing problems”, Keynote presented at European Population Forum 2004, Gaye Erbatır MP, Turkey, 12-14 January 2004;

Costa, Paula, (2009) “Os imigrantes Guineenses, Ucrânicos e Brasileiros no mercado de trabalho português”, in Cadernos de Doutoramento em Geografia, 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 117-140;

INE (2008), Estatísticas Demográficas, 2007, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Machado, Fernando Luís (1997) “*Contornos e Especificidades da imigração em Portugal*”, in Sociologia Problemas e Práticas, 1997, nº 24, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Departamento de Sociologia, ISCTE, pp. 9-44;

Machado, Fernando Luís, Azevedo, Joana (2008) “*A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas*”, in Revista Migrações, Abril de 2009, nº4, Lisboa, ACIDI, pp. 7-31.

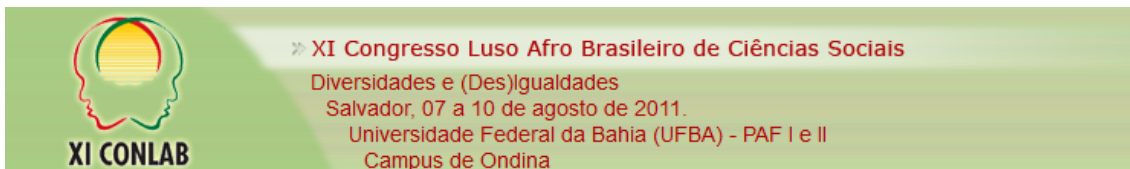
Melo, Rosa (2004), Sentir Angola no coração: um reflexo sobre a angolanidade em Portugal, in VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel43/Rosa_Melo.pdf.

Peixoto, João, (2004), “*País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*”, SOCIUS working paper nº 2/2004, Lisboa, ISEG;

Rebelo, José, (2000), “*Migrações e Minorias Étnicas na Península de Setúbal entre 1981 e 1998: os Contributos e os Problemas para o Desenvolvimento Regional*”, Porto, Setembro de 2000, in FIUP (org) (2002) As ciências sociais nos espaços de língua portuguesa: balanços e desafios, Vol 2, Porto, FIUP, pp 9350-9358;

Rebelo, José, Mendes, Maria Filomena, Pinto, José Eliseu, (2006) “*Les mutations du marché de travail au Portugal – analyse d’après les données des IOF’S relatives au dernier décennie du XX^{ème} siècle*”, (http://www-aidelf.ined.fr/colloques/Aveiro/Communications_Aveiro/Feld/R_%20Rebelo_Mendes-Pinto.doc);

Ribeiro, Norberto, Menezes, Isabel, Neves, Tiago (2010) “*Opportunities and constraints for civic and political engagement of young immigrants: the case of Angolans in*



Portugal”, in 12th Biennial Conference of the European Association for Research on Adolescence, Vilnius, Lithuania (http://epubs.surrey.ac.uk/2569/1/Porto_1_New.pdf);

Rocha-Trindade, Maria Beatriz, (2001) “*História da Imigração em Portugal II*”, in Janus 2001 (<http://www.janusonline.pt>);

Rosa, Maria João Valente, Chitas, Paulo (2010) Portugal: os números, Lisboa, FFMS

Sassen, Saskia, (2002) “*Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização*”, in Revista Crítica de Ciências Sociais, Dezembro de 2002, nº 64, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp. 41-54;

SEF (2009) Relatório de imigração fronteiras e asilo 2008, Oeiras, SEF

SEF (2010) Relatório de imigração fronteiras e asilo 2009, Oeiras, SEF

Sobotka, Tomas, (2008). “The rising importance of migrants for childbearing in Europe”. Vol.19, Art. 9, pp. 225-248 (<http://www.demographic-research.org/volumes/vol19/9/>);